

Revista
PRAIAVERMELHA
Estudos de Política e Teoria Social

v. 24 n. 1
Janeiro/Junho 2014
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 24	n. 1	p. 01-288	Jan/Jun 2014
------------------------	----------------	-------	------	-----------	--------------

Megaeventos esportivos no Rio De Janeiro: continuará a cidade, maravilhosa?

Tatiana Borin

RESUMO

O Brasil está em um momento de grande visibilidade mundial, visto que sediará os dois maiores eventos esportivos da atualidade: a Copa do Mundo de Futebol FIFA, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016 (na cidade do Rio de Janeiro). Este trabalho tem por objetivo discutir criticamente para quais propósitos tais megaeventos esportivos estão sendo realizados no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro. Para isso, foi realizada uma análise documental seguida de crítica a partir do materialismo histórico dialético. Foram utilizados documentos de organismos nacionais, além de notícias de jornais, sítios da internet e o dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP). A presente sistematização apontou que tais megaeventos têm servido aos interesses dominantes, com concentração de recursos em determinadas áreas e desrespeito aos Direitos Humanos. A organização dos Comitês Locais da Copa e da ANCOP é um importante avanço na luta contra as políticas de criminalização da pobreza nas suas diversas formas de ataque.

PALAVRAS-CHAVE

Megaeventos Esportivos.
Rio de Janeiro.
Copa do Mundo.
Jogos Olímpicos.
Olimpíadas.

Recebido em 30/04/14.

Aprovado em 03/09/14.

Sports mega events in Rio de Janeiro: Will the city stay marvelous?

Brazil is in a time of great worldwide exposure, as it will host the two biggest sporting events of our time: FIFA World Cup in 2014 and the Olympic Games in 2016 (in the city of Rio de Janeiro). This work aims to discuss critically for what purposes such mega sporting events are taking place in Brazil, specifically in Rio de Janeiro. For this, a documental analysis was made, followed by a critic based on dialectical historical materialism. Documents from national organs, newspaper articles, websites and the Popular Committee for the Cup National Assembly (ANCOP) dossier were used. This systematization pointed out that such mega events have been serving the dominant interests, concentrating resources in certain areas and disrespecting human rights. The organization of Local Committees for the Cup and ANCOP is an important advance in the fight against poverty criminalization policies in its various forms of attack.

KEYWORDS Sports mega events. Rio de Janeiro. Football World Cup. Olympics.

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 24	n. 1	p. 69-87	Jan/June 2014
------------------------	----------------	-------	------	----------	---------------

1. Considerações introdutórias

Os olhos do mundo estão voltados para o Brasil – pelo menos no que tange ao cenário esportivo. Nos próximos anos, o país sediará os dois eventos esportivos com maior impacto mundial da atualidade: os Jogos Olímpicos de Verão e a Copa Mundial de Futebol Masculino – FIFA (chamada, pela própria entidade, somente como “Copa do Mundo FIFA”). Diferentes quanto ao número de sedes (a Copa do Mundo contará com doze sedes espalhadas por todo seu território e os Jogos Olímpicos terão como sede a cidade do Rio de Janeiro), os dois megaeventos assemelham-se com relação ao investimento “no esporte” (sem, contanto, apresentar a discussão *em qual* esporte) e aos impactos produzidos na sociedade brasileira. Desde a escolha do Brasil como sede de ambos, muito se tem questionado acerca da real possibilidade (em termos políticos, econômicos e estruturais) de sucesso desses eventos. Diante disso, este trabalho questiona as consequências que a realização de tais megaeventos traz consigo.

No século XXI, o esporte (como um todo, mas a faceta do alto rendimento em especial) ainda tem sido utilizado com fins políticos e econômicos e os megaeventos esportivos reinventam-no, representando um momento de “*pão e circo*” à grande massa da população. No Brasil, este cenário mundial repete-se. Vivemos em um país de dimensões continentais que é mundialmente reconhecido por ser “*o país do futebol*”, porém, para a maioria dos brasileiros, tal relação com o esporte (como um todo) e com o futebol (em específico) se dá de maneira muito diferente do que “*os olhos mundiais*” podem enxergar. A cada estrela bordada sobre o brasão da

1 A política do pão e circo (*panem et circenses*, no original em latim) como ficou conhecida, era o modo com o qual os líderes romanos lidavam com a população em geral, para mantê-la fiel à ordem estabelecida e conquistar o seu apoio. Com distribuição de cereais e promoção de espetáculos, os imperadores evitavam o surgimento de manifestações populares, distraindo, assim, a população dos inúmeros problemas existentes à época. (SANTIAGO, 2012, sem página).

camiseta da seleção (masculina de futebol) há muitas histórias que se escondem nas sombras. Como não citar, por exemplo, a Copa do Mundo de 1970 e as inúmeras relações com torturas, mortes e violência ditatoriais? E agora, de forma mais recente, os Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro, em 2007, e a não instalação (através de manobras políticas da Prefeitura Fluminense à época) da CPI para investigar as denúncias de má gestão de recursos públicos já que esta “mancharia a imagem da cidade e comprometeria a realização do Pan” (THUSWOHL, 2007, sem página).

Apresentamos, então, o objetivo deste trabalho: discutir criticamente para quais propósitos têm sido construídos os megaeventos esportivos no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro. Dentro desta discussão, abordamos alguns dos impactos econômicos e sociais produzidos e/ou modificados por causa de tais megaeventos.

O presente estudo privilegia o método da análise documental, a qual será seguida de crítica a partir dos referenciais teóricos expostos mais adiante, de forma a discutir as relações existentes entre os dados apresentados. Podemos citar, de um modo geral, a utilização de documentos de organismos nacionais (como o Tribunal de Contas da União, por exemplo). Para a análise crítica, sobressaíram neste estudo notícias publicadas em jornais de grande circulação nacional, sítios da internet (principalmente mídia alternativa) e o dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP). Para a busca de tais documentos, utilizamos um recorte temporal do ano de 2007 até novembro de 2012, o qual abarca o período de realização dos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro, a escolha do Brasil enquanto sede dos megaeventos e algumas de suas primeiras consequências – considerando que o limite final deu-se pela finalização do presente estudo.

Durante todo este estudo, as críticas e relações foram realizadas sob a perspectiva marxista, fundamentada no materialismo histórico dialético. Entendemos que os fenômenos não podem ser entendidos como acontecimentos isolados, mas a partir de um processo historicamente construído, o qual afeta a forma como a realidade é compreendida e modificada. Para tudo há um contexto histórico, uma relação social que originou (e talvez, proporcionou) tal ocorrência. Tal entendimento também se aplica aos megaeventos esportivos.

2. Esporte, megaeventos e sociedade

De “*ópio do povo*” até “*salvação da humanidade*”, o esporte (enquanto fenômeno social) passa, diariamente, por inúmeras significações diante dos muitos assuntos que podem a ele ser subjugados. Cientes disto, elucidaremos, então, qual o nosso entendimento com relação ao esporte:

O esporte, como prática social que institucionaliza temas lúdicos da cultura corporal, se projeta numa dimensão complexa de fenômeno que envolve códigos, sentidos e significados da sociedade que o cria e o pratica. Por isso, deve ser analisado nos seus variados aspectos [...]. Sendo uma produção histórico-cultural, o esporte subordina-se aos códigos e significados que lhe imprime a sociedade capitalista e, por isso, não pode ser afastado das condições a ela inerentes [...]. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 70).

O esporte é um elemento da cultura corporal que, como toda manifestação cultural, é produzido e modificado pelo homem e, conforme Penna (2011, p. 67), desde suas origens “encontra-se atrelado às normas e imposições que passam pelo controle e pelas transformações colocadas em curso pelo capitalismo”.

O homem, dentro da sociedade capitalista, assume um papel de dominação (burguês) ou subordinação (proletário)². Para que tal dominação seja eficiente e contínua, a coerção e o consenso (através da hegemonia de ideias) são constantemente utilizados³.

“Além de disseminar a hegemonia burguesa através dos seus métodos de conciliação, o esporte tem papel em estimular a individualidade e a criação indiscriminada de novas necessidades de consumo” (PENNA, 2011, p. 70). Esta individualidade estimulada vem preenchida com muitos pressupostos nacionalistas, de pertencimento a um determinado grupo e/ou local.

2 A divisão da sociedade em burguesia e proletariado é utilizada por Marx para demonstrar as relações sociais capitalistas – no contexto de afirmação deste modo de produção (meados do século XIX). Entendemos que as diversas transformações sociais ocorridas em escala global também modificaram a divisão de classes da sociedade – formando novas “subclasses”. Porém, para o objetivo e contexto deste trabalho a denominação utilizada por Marx nos é suficiente.

3 Hegemonia, consenso e coerção estão aqui utilizados através da perspectiva Gramsciana. Para um maior aprofundamento recomendamos a leitura de “Os intelectuais e a organização da cultura” e “Cadernos do cárcere (volume 3)” ambos de Antônio Gramsci e, também, “Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia: A Contribuição Teórica de Gramsci” de Dênis de Moraes.

Estimulação a novas “*necessidades*”, nacionalismos, propagação da hegemonia dominante, alienação do proletariado, entre outras, são características do esporte - as quais se encontram maximizadas com os megaeventos.

Na era moderna, os megaeventos esportivos são largamente utilizados para difundir um status de povo feliz, nação bem sucedida – muitas vezes divulgando regimes ditatoriais como exemplos de sucesso. Eduardo Galeano vem ao encontro desta afirmação ao falar sobre a Copa do Mundo de 1934, na Itália:

Os cartazes do campeonato mostravam Hércules que fazia a saudação fascista com uma bola a seus pés. O Mundial de 34 em Roma foi, para *Il Duce*, uma *grande operação de propaganda*. Mussolini assistiu a todas as partidas da tribuna de honra, o queixo erguido para as bancadas repletas de camisas negras, e os onze jogadores da equipe italiana lhe dedicaram suas vitórias com a palma estendida. (GALEANO, 2010, p. 67 – grifos nossos).

Com as palavras de Mascarenhas, 2009, podemos demonstrar a que ponto a palavra “mega” define tais eventos com perfeição:

Contando com volumosos recursos públicos e privados, e dispondo de fabulosa cobertura midiática, os megaeventos esportivos se tornaram, nas últimas três décadas, em uma das estrelas principais da atual ‘sociedade do espetáculo’. Considerando basicamente os Jogos Olímpicos de Verão e as Copas do Mundo de Futebol Masculino, estamos diante de eventos cuja globalidade não se mede apenas pela mobilização de praticamente todas as nações do mundo, afiliadas às respectivas entidades organizadoras internacionais e desejosas de participação nos certames; trata-se de constatar a dimensão simbólica adquirida por tais eventos, capazes de atrair as atenções em todo o planeta, promovendo fantásticos rituais periódicos, sem parâmetro de comparação com nenhum outro fenômeno social. (MASCARENHAS, 2009, p. 506).

Também podemos trazer a utilização dos megaeventos como porta de entrada para empresas multinacionais nos novos mercados consumidores. Com o consentimento e promoção de órgãos como FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado) e COI (Comitê Olímpico Internacional), a “*necessidade*” de novas instalações e participação no mundo globalizado impõe-se diante de diversos países, como Brasil e África do Sul – e o governo destes acena afirmativamente a estes projetos, conforme foi ensinado a fazer, inclusive aplicando muitos dos seus recursos financeiros.

Diante de tantas “oportunidades” os países realizam verdadeiras batalhas políticas para ganhar a chance de sediar algum desses eventos. Para a população em geral, as impressões que surgem antes da realização dos jogos são de aumento de oportunidades, chances de conhecer os grandes “heróis” esportivos da atualidade e melhoria da organização urbana. Mais adiante poderemos visualizar se as impressões são condizentes com a realidade.

3. Os megaeventos e suas consequências no rio de janeiro

A vinda dos megaeventos está, a cada dia, alterando a paisagem urbana de nossas cidades com suas obras e organização, mas não só isto. De forma a mostrar ao mundo uma imagem bonita e sadia, o governo vem realizando “*limpezas*”⁴ em toda área periférica e de favelas das grandes cidades brasileiras. Muitos são os fatores alterados com a vinda dos megaeventos. Dentro desta pesquisa discutiremos, então, os que possuem maior visibilidade (pelo grande contingente populacional afetado) atualmente.

3.1. Segurança pública e violência

Uma das prioridades dos organizadores de megaeventos esportivos é garantir a segurança pública. No contra fluxo, a violência no Brasil tem atingido níveis alarmantes. Em um estudo de 2012, temos que “em um *ranking* de 92 países do mundo, apenas El Salvador, Venezuela e Guatemala apresentam taxas de homicídio maiores que a do Brasil (44,2 casos em 100 mil jovens de 15 a 19 anos)” (COSTA e JERONYMO, 2012, sem página). Sob o pretexto do “*combate ao tráfico*”, inúmeras mortes e outros atos de violência vêm orquestrando-se nas nossas cidades.

Em maio de 2007 mais de mil policiais (entre civis, militares e de operações especiais) invadiram o Complexo do Alemão (aglomerado de favelas carioca, situado próximo ao Estádio Mário Filho – Maracanã), carregados de armas militares, aterrorizando os cerca de 200 mil moradores. A ação, que ficou conhecida como “Massacre no Complexo do Alemão”,

4 Estas limpezas contemplam, inclusive, a área linguística conforme descreve o morador do Morro Santa Marta, na cidade do Rio de Janeiro, Emerson Santos (Rapper Fiell), em 2011: “O Presidente Lula veio ao morro Santa Marta em setembro de 2010 e propagou que temos que esquecer o nome favela, pois esse já passou e é feio”. (SANTOS, 2011, sem página)

teve sua culminância no dia 27 de junho – dias antes do início dos Jogos Pan-Americanos, e dela resultaram inúmeros mortos e feridos⁵.

Com repercussão internacional, a ocupação das favelas cariocas, com objetivo de instalar as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's), tem vitimado um número incontável de moradores que não mantinham nenhuma relação com o tráfico – incluindo crianças, adolescentes e idosos. As ocupações de morros continuaram nos anos seguintes e ainda constituem-se enquanto política de segurança do governo.

Para os moradores das áreas ocupadas, os danos não acabam nas mortes e ferimentos de pessoas sem qualquer culpa criminal – conforme nos mostra o dossiê de Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa:

As ações realizadas nas favelas do Complexo do Alemão [...] pelas polícias militar e civil, Exército e Marinha e a permanência da ocupação militar do local são parte do plano maior de segurança que também coloca em risco os direitos dos moradores das comunidades afetadas, com práticas como a busca e apreensão no interior das residências sem mandado judicial, revistas vexatórias de pessoas sem indicação de delito, toque de recolher e imposição de “regras especiais”, como a necessidade de aviso e permissão prévia para realização de quaisquer reuniões privadas com número de convidados além de um certo limite. Apesar do elo nem sempre ser expresso na mídia e na fala dos representantes do Poder Público, em recente entrevista o diretor de Produtos e Destinos da EMBRATUR defendeu as ações como parte da construção de uma imagem positiva do Brasil no exterior de modo a alcançar o pleno aproveitamento do potencial turístico dos megaeventos. (ANCOP, 2012, p. 89).

A secretária geral do Instituto Carioca de Criminologia, Vera Malaguti Batista (2011, sem página) esclarece as ocupações de favelas: “Temos uma avaliação totalmente negativa de uma ocupação bélica das favelas. É uma estratégia para fazer uma higienização da cidade para os grandes negócios transnacionais olímpicos e futebolísticos”. Na sequência da entrevista, ela esclarece o termo ‘pacificação’ e traz dados:

5 Segundo os dados oficiais, 42 mortos e 80 feridos, porém “um levantamento realizado pela reportagem indica cerca de 50 mortos, 10 desaparecidos e aproximadamente 100 feridos. Uma média de quase três vítimas por dia” (SALLES, 2007, sem página).

“Pacificação”, para quem conhece a história do Brasil, equivale a “dominação de território”. [...] Neste momento a polícia do Rio é a que mais mata no mundo. Este mês estão “comemorando” que houve apenas 800 mortos no ano; há três anos se chegou a 1.500. Essa é a “pacificação”, uma espécie de Pax Romana. (BATISTA, 2011, sem página)

Não podemos pensar que a violência atinge todas as pessoas da mesma forma. As declarações (redigidas abaixo) do Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, e do governador do Estado, Sérgio Cabral, feitas em 2007, vão ao encontro desta política excludente e burguesa - exposta sem nenhum pudor pelos governantes.

Um tiro em Copacabana é uma coisa; um tiro na [favela da] Coréia, um tiro no Complexo do Alemão, é outra. (José M. Beltrame, 3 de outubro de 2007 apud EDITORIAL, 2007) Tem tudo a ver com violência. Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma *fábrica de produzir marginal*. (Sérgio Cabral, em 22 de outubro de 2007 apud FREIRE, 2007, sem página, grifos nossos)

Indo além das questões referentes às UPP's, a segurança para os megaeventos incluem outros itens polêmicos - o primeiro diz respeito à privatização dos espaços públicos.

O contrato assinado entre a FIFA e as cidades-sedes da Copa indica que os estádios serão entregues à FIFA um mês antes do evento e permanecerão sob sua responsabilidade até duas semanas depois do mesmo para que ela possa melhor explorá-los. (COP-RJ, 2012, p. 51).

Isto, nada mais é do que a privatização de lugares públicos para fins privados. Sem contar que o Estado não poderá “comandar” a segurança destas áreas, mas pagará por tal serviço: “Os agentes de segurança serão contratados e trabalharão para a FIFA, mas suas despesas serão pagas com recurso público” (COP-RJ, 2012, p. 51). Logo, temos dinheiro público investido para garantir os interesses e lucros de uma empresa suíça onde estarão atuando empresas privadas de segurança junto com as forças de segurança estatais.

Outros pontos sobre segurança pública incluem: a utilização de grandes somas de dinheiro público para contratação de empresas privadas para o serviço de segurança durante os megaeventos e a permanência dos sistemas de vigilância (câmeras) após os megaeventos - com a conse-

quente discussão sobre até que ponto tais sistemas não estariam violando direitos individuais e de associação coletiva.

Estes dados nos permitem visualizar de que forma tem sido tratada a questão da segurança pública para os referidos megaeventos. A população está cada vez mais acuada e sofre os reveses das ações policiais e militares para que organizações internacionais possam ter garantidos seus lucros e segurança.

3.2. Moradia

Uma das garantias constitucionais, o direito à moradia, vem sendo sumariamente violado com a proximidade dos megaeventos e o avançar de suas obras. Em um país onde o “déficit habitacional em 2008 foi estimado em 5,5 milhões de unidades (mais de 426 mil unidades somente do estado do Rio de Janeiro)” (BRASIL, 2011, p. 29), sendo que boa parte das existentes possuem um grande padrão de precariedade, a expulsão sumária de indivíduos dos locais onde residem nos parece, no mínimo, criminoso.

As violações do direito humano à moradia, cometidas pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, através da prática das remoções, não são casos isolados, mas se constituem numa política de reorganização do lugar dos pobres na cidade do Rio de Janeiro, conforme os interesses imobiliários e as oportunidades de negócios.

O que fica claro no caso do Rio de Janeiro é que o projeto de atração de investimentos tão propagandeado pelo poder público municipal e estadual com a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 tem como um componente importante a expulsão dos pobres das áreas valorizadas ou que serão contempladas com investimentos públicos. (COP-RJ, 2012, p. 8).

Embora não haja dados oficiais, “é estimada a remoção de ao menos 2.000 a 2.500 famílias, sendo a maior parte de áreas de população de baixa renda” (COMITÊS, 2012, sem página). Com relação ao Rio de Janeiro, “estão previstos R\$ 954 milhões para a construção das obras. Mais de 500 famílias serão atingidas, muitas delas estabelecidas há cerca de quatro décadas nos locais” (FRANCISCO NETO, 2012, sem página).

As remoções que vêm sendo orquestradas em nome da Copa e das Olimpíadas caracterizam-se por promover processos de espoliação urbana nos quais os imóveis em posse das classes populares e marginalizadas são

usurpados por outros agentes sociais-econômicos a preços aviltados. Estes, através de processos de revitalização ou reurbanização, “são transformados em novos ativos nos circuitos de valorização econômica, permitindo altos ganhos de capital, na forma de mais-valia fundiária e/ou das novas atividades econômicas as quais darão lugar” (COP-RJ, 2012, p. 9).

3.3. Mobilidade urbana

A mobilidade urbana está vinculada ao direito à moradia, enquanto direito humano, visto que este não compreende apenas a instalação domiciliar em si, mas também o “direito de toda pessoa ter acesso a um lar e uma comunidade seguros para viver em paz, com dignidade e saúde física e mental” (COP-RJ, 2012, p. 32).

O morador da periferia está privado de serviços públicos de qualidade próximos a sua moradia – ou, pelo menos, com a qualidade que se encontra nas áreas centrais. Para que tal problema possa ser solucionado faz-se necessária uma redução na desigualdade social com concomitante redistribuição igualitária dos serviços públicos essenciais. Enquanto isso não acontece, garantir transporte público e de qualidade a todos é indispensável para que um cidadão da periferia tenha garantido o acesso aos seus direitos à saúde, educação, cultura e diversão.

Apesar de termos cobrança individual das passagens no transporte coletivo e estas sofrerem reajustes que não condizem às taxas de inflação do período (ocorrendo sempre o ajustamento do preço para um valor superior às referidas taxas), este serviço está longe de ser suficiente ao contingente populacional. Em muitas cidades, como é o caso do Rio de Janeiro, o transporte irregular passa a ser uma solução paliativa às superlotações, falta de veículos, insuficiência com relação à tabela horária entre outras deficiências.

Com a proximidade dos megaeventos, uma onda de otimismo preenche de perspectivas os problemas da mobilidade urbana – a ideia é que surjam soluções mais eficientes, seguras, confortáveis e sustentáveis. A política de mobilidade é uma das que mais receberá recursos dentro do orçamento “aos megaeventos”.

No Rio de Janeiro, estão previstas diversas obras de infraestrutura, alterações no trânsito e no sistema de circulação dos ônibus e

investimento na infraestrutura cicloviária. Esse conjunto de intervenções, que tem sido denominado pelas autoridades de “Revolução nos Transportes”, inclui a implantação de BRT's (Bus Rapid Transit), alongamento da Linha 1 do Metrô e a implantação dos sistemas BRS's (Bus Rapid System). (COP-RJ, 2012, p. 32).

Porém, o que a população tem vivenciado não representa o que entendemos enquanto “*revolução*”.

Conforme já foi dito, os “*reajustes de passagens*” não deveriam receber esta denominação pelo simples motivo que a política tarifária tem se dado a partir de aumentos abusivos – muito acima dos índices inflacionários. No Rio de Janeiro, em janeiro de 2012, a passagem de ônibus que custava R\$ 2,50 passou a custar R\$ 2,75 (aumento de 10%); a passagem do metrô passou de R\$ 2,80 para R\$ 3,10 (tornando-se a passagem de metrô mais cara do país). As duas linhas de metrô cariocas realizam trajetos praticamente retilíneos que cobrem somente pequena parte da cidade – condição considerada “*provinciana*” quando comparada aos sistemas metroviários de outras grandes metrópoles, como São Paulo e Nova Iorque.

Em fevereiro de 2012, a passagem dos trens foi reajustada de R\$ 2,80 para R\$ 2,90 por viagem. Concomitante a isso, o sistema ferroviário carioca é considerado um dos piores meios de transporte da cidade - com seus constantes atrasos, superlotação, truculência dos funcionários para com a população, falta de segurança e carros com temperaturas bastante elevadas; manifestações populares clamando pela sua melhoria eclodem com bastante frequência. O sistema de transporte por barcas, utilizado diariamente por milhares de passageiros que precisam transpor o trecho Rio-Niterói, passou, em março de 2012, de R\$ 2,80 para R\$ 4,50 (atingindo a marca inacreditável de 60,7% de aumento). Com relação a este último serviço, para além dos atrasos e superlotação, os usuários são obrigados a conviver com a insegurança que coloca suas vidas em risco de maneira mais contundente que nos transportes terrestres.

O Poder Público promete a “*revolução nos transportes*”, construindo as vias Transcarioca, Transolímpica e Transoeste (todas BRT's), e o metrô Lagoa-Barra (alongamento da Linha 1) todos ligados à realização da Copa e dos Jogos Olímpicos. Por outro lado, a população clama por serviços de transporte de massa em outras direções e para outras regiões da cidade. Ou seja, enquanto hoje o serviço de transporte coletivo oferecido à população se configura como caro,

precário e insuficiente para a demanda existente, o cenário que se desenha para o futuro é o de investimentos em transporte no Rio de Janeiro que, ao invés de atenderem à demanda existente, tornam possível a ocupação de áreas vazias ou pouco densas, visando e promovendo a valorização imobiliária e a expansão irracional da malha urbana. (COP-RJ, 2012, p. 35).

Podemos perceber que há uma concentração territorial majoritária para os investimentos em mobilidade urbana: primeiramente, os investimentos concentram-se na capital, restando pouco às cidades da região metropolitana fluminense. Dentro dessa, de forma maciça, as melhorias são concentradas na Zona Sul e Barra da Tijuca – deixando claro a quem servirão tais melhorias e excetuando, mais uma vez, os moradores das periferias.

3.4. Fatores econômicos

A realização da Copa de Mundo e das Olimpíadas tem como agente econômico protagonista o poder público. O histórico brasileiro, e carioca, relacionado a gastos com megaeventos esportivos não é nada bom. O Pan-Americano de 2007 foi a edição mais dispendiosa entre os jogos Pan-Americanos realizados até aquele ano. Conforme reportagem de Thuswohl (2010, sem página) “o Pan foi orçado inicialmente em 390 milhões de reais, porém este evento custou aos cofres públicos a exorbitante cifra de R\$ 3,3 bilhões” (envolvendo aqui as três esferas do governo) e até hoje seus processos de desvios financeiros e superfaturamentos de obras ainda correm nos tribunais brasileiros.

Segundo o relatório do TCU sobre a Copa do Mundo de 2014, atualmente os gastos previstos apenas com este megaevento estão “estimados em R\$ 29,3 bilhões - sendo R\$ 6,8 bilhões relacionados à construção dos estádios (23,2%)” (BRASIL, 2012, sem página). Somente no Rio de Janeiro há uma estimativa de gasto próxima aos R\$ 3,9 bilhões de reais (13,7% do total).

Em relação às Olimpíadas, o Dossiê de Candidatura Rio 2016, documento usado na seleção de qual cidade iria sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016, prevê R\$12.518,24 milhões em investimentos, sendo R\$ 11.881,54 milhões (94,91%) de investimento público e R\$ 636,70 milhões do COJO (Comitê Organizador Rio2016). (COP-RJ, 2012, p. 68).

Tendo em vista o montante de recursos e os impactos das intervenções a estes eventos destinadas, o fato das decisões relativas a tais investimentos não passarem por uma ampla discussão democrática, envolvendo todos os segmentos sociais e colocando em pauta o projeto de cidade que está sendo construído, chama nossa atenção.

[...] o projeto Olímpico do Rio de Janeiro, não obstante eventuais efeitos pontuais positivos, expressa um padrão autoritário de intervenção pública e contraria as diretrizes do Estatuto da Cidade (Lei 10257/2001) que, no seu segundo artigo, estabelece o direito à participação da população na definição de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. (COP-RJ, 2012, p. 70).

Outras questões que devemos ater nossa atenção já foram abordadas neste estudo e apontam: 1) concentração territorial para destinação dos gastos totais, principalmente em áreas como Zona Sul, Barra da Tijuca e centro da cidade – deixando clara a subordinação das decisões relativas aos grandes interesses imobiliários; 2) a utilização de todo este investimento público para fins privados – vide as, já previstas, concessões de grande parte das obras (como estádios e instalações de delegações) para empresas privadas e também as exigências da FIFA e do COI quanto aos recursos financeiros gerados durante os eventos.

Trazemos o exemplo do Estádio Mário Filho (Maracanã), “cuja obra de revitalização já consta com mais de R\$ 860 milhões provenientes de recursos do estado” (MAGALHÃES, 2012, sem página).

O valor da outorga anual previsto no edital é de R\$ 7 milhões, a serem quitados em 33 parcelas anuais, com dois anos de carência. Ou seja: o governo estadual receberá apenas R\$ 231 milhões passados os 35 anos, ou 26,86% do total investido, caso a concessão ocorra pelo valor mínimo. (MAGALHÃES, 2012, sem página).

Cabe ainda uma última análise, nesta avaliação dos fatores econômicos. Para os trabalhos durante a Copa, a FIFA abriu um programa de voluntariado – atitude habitual nos eventos desta entidade. Em um país onde o salário mínimo traz a soma irrisória de R\$ 724,00, temos um evento, com estimativa de lucro em uma faixa de mais de 3,5 bilhões de dólares, no qual sua entidade organizadora não pretende pagar pelo trabalho de milhares de envolvidos (os mesmos que, indiretamente pelo uso de seus impostos, já estão arcando com o peso financeiro da Copa). Esta situação não

poderia ser mais absurda! Para tal trabalho voluntário é feita a exigência de trabalho de 10 horas por dia, durante 20 dias – sendo que os voluntários terão como benefícios somente a refeição, o transporte e o uniforme. Ratificando o termo “voluntário-escravo” (muito utilizado nas redes sociais durante o período de inscrições para o serviço de voluntariado), é facilitada a conclusão da origem de parte do lucro da Copa.

4. Revés dos megaeventos – a organização popular

Na contramão dos objetivos aos quais servem os megaeventos, nas cidades que sediarão os jogos da Copa, surgem os comitês populares da Copa (COP's). Auto-organização popular que busca, através de ações de divulgação e enfrentamento (como, por exemplo, divulgação de notas acerca dos temas de interesse dos COP's, organização e participação de atos públicos, reuniões com órgãos governamentais), opor-se às constantes violações dos direitos humanos e sociais que vêm ocorrendo com a construção dos megaeventos.

Os Comitês Populares Locais são resultado de mobilizações nas cidades-sede da Copa, de iniciativa de movimentos sociais organizados, universidades e entidades da sociedade civil. Em cada cidade reflete a organização dos atingidos e da sociedade local em sua luta contra as Violações de Direitos decorrentes da realização dos jogos da Copa de 2014, e no Rio de Janeiro, também das Olimpíadas 2016. (ANCOP, 2010, sem página)

A mobilização popular constitui-se como um poderoso instrumento contra os ditames capitalistas e às subordinações que estes impõem, diariamente, à grande massa da população. De forma a divulgar as violações aos direitos humanos e constitucionais decorridas da construção dos megaeventos no Brasil, a ANCOP lançou um dossiê - o qual foi bastante utilizado durante nosso estudo e já está na sua segunda edição.

Com relação ao Rio de Janeiro de forma específica, temos uma população que já sofreu os reveses de um megaevento esportivo. Segundo a nota do Comitê Local:

A experiência dos Jogos Pan-Americanos em 2007 nos mostra a fragilidade do governo brasileiro de estabelecer um processo de gestão democrática e transparente dos gastos públicos, e de estabelecer um espaço de interlocução efetiva com a sociedade sobre o legado dos Jogos. O resultado são equipamentos abandonados, jogados à

iniciativa privada e nenhum retorno positivo para a sociedade, em termos de melhorias sociais, urbanas e ambientais para a cidade. (COP-RJ, 2010).

Reverenciamos as ações destes comitês, as quais visam à participação popular e divulgação das atrocidades cometidas na organização e realização dos referidos megaeventos – a luta pela liberdade individual perpassa a organização coletiva. Acreditamos que, apesar das limitações dos mesmos, somente através do fortalecimento destes grupos, com objetivos comuns, atingiremos a meta de estabelecer um processo amplo e democrático de discussão que defina qual deve ser o real legado dos megaeventos, quem deverá pagar seus gastos e qual deve ser a destinação final das obras (já em construção).

5. Considerações finais

Primeiramente gostaríamos de expor a dificuldade em obter os documentos oficiais, oriundos das negociações, que tratassem das obrigações políticas do Brasil para com as entidades organizadoras da Copa (FIFA) e das Olimpíadas (COI). A existência de tais documentos é atestada por diversos meios de reportagens, porém os documentos são quase que totalmente indisponíveis. Também relatamos os problemas e criticamos os portais de transparência do governo e TCU, os quais possuem dados contraditórios e insuficientes para que uma análise clara e direta, acerca dos gastos com os megaeventos, seja desenvolvida. Com objetivos claros, os dados acerca das remoções de famílias para as obras da Copa do Mundo e das Olimpíadas praticamente não constam nos meios de comunicação oficiais dos eventos e/ou governo.

Os fatores sociais e econômicos aqui criticados representam somente a ponta do iceberg. Com certeza, durante e após a realização dos megaeventos, novos dados surgirão de forma a complementar esta pesquisa aqui iniciada.

Entendendo este estudo como apenas o início de uma sistematização crítica, podemos confirmar que, até o momento, o uso dos megaeventos esportivos no Brasil (especificamente no Rio de Janeiro) deu-se para fins de manutenção do poder burguês dominante – visto que a hegemonia dominante está por trás (e pela frente) da organização e realização destes jogos. As diversas mudanças na arquitetura urbana e política das grandes cidades

brasileiras, e em especial do Rio de Janeiro, têm utilizado o esporte e os megaeventos como pretexto para realização de "higiene social", ou seja, retirar a população pobre das áreas nobres e visíveis da cidade, levando-a (mesmo que à força) para a periferia ou a outras cidades da região metropolitana.

A população como um todo sofre com as remoções, com os investimentos centralizados em áreas de especulação imobiliária, com a diminuta melhoria na mobilidade urbana (especialmente quando comparada à elevação de tarifas dos transportes coletivos), com a aprovação de legislações que inibem direitos adquiridos entre outras mazelas. A hegemonia, enquanto forma de dominação burguesa na sociedade capitalista, continua, a cada dia, renovando-se e ganhando novos instrumentos de intervenções.

Enquanto a Copa e as Olimpíadas ganham bilhões de investimentos oriundos dos cofres públicos, as filas de espera por consultas no SUS aumentam a cada dia, assim como os índices de analfabetismo funcional e o déficit habitacional.

Acreditamos que as organizações populares têm sido uma das poucas melhorias que os megaeventos "*proporcionaram*" ao país. Lutar coletivamente por melhorias é, de acordo com nosso entendimento, a única maneira que temos de alcançá-las. Importante destacar que a luta não é contra a vinda dos megaeventos. A luta dá-se contra a violação dos direitos, contra a precarização dos serviços essenciais como segurança, educação e saúde, contra a criminalização da pobreza, contra a utilização do Estado e do dinheiro público para fins privados. E é contra isso que continuaremos lutando.

Referências Bibliográficas

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA (ANCOPOP). Apresentação dos Comitês Populares. Portal Popular da Copa e das Olimpíadas. [s.l.] 2010. Disponível em: <http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=360&Itemid=278>. Acesso em 14 de dezembro de 2012.

_____. Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil. [s.l.] 2. ed., Junho de 2012. 124p.

BATISTA, Vera Malaguti. "Dialogos com Vera Malaguti Batista". [Buenos

Aires]: In: Pagina/12, Dialogos, 5 de setembro de 2011. Entrevista concedida a Emilio Ruchansky. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/dialogos/21-176070-2011-09-05.html>>. Acesso em 10 de novembro de 2012.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Déficit habitacional no Brasil 2008 / Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. 140 f., Elaboração: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. Brasília, Ministério das Cidades, 2011.

_____. Tribunal de Contas da União. O TCU e a Copa do Mundo de 2014: relatório de situação: dezembro de 2012 / Tribunal de Contas da União. 88f. Brasília: TCU, 2012.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino de Educação Física. 1. ed. – São Paulo: Cortez, 1992.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLÍMPIADAS DO RIO DE JANEIRO (COP-RJ). Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. 92f. Rio de Janeiro, Junho de 2012. Disponível em: <<http://comitepopulario.wordpress.com/2012/04/20/baixe-agora-dossie-megaeventos-e-violacoes-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro/#comments>>. Acesso em 13 de agosto de 2012.

COMITÊS Populares da Copa completam um ano e encontram desafios na luta contra remoções forçadas. Terra de Direitos – Organização de Diretos Humanos. Curitiba, 07 de maio de 2012. Disponível em: <<http://terradedireitos.org.br/biblioteca/comites-populares-da-copa-completam-um-ano-e-encontram-desafios-na-luta-contra-remocoes-forçadas/>>. Acesso em: 14 de julho de 2012.

COSTA, Gilberto; JERONYMO, Guilherme. “Mapa da Violência coloca Brasil entre os quatro países com maiores taxas de homicídio de jovens”. Agência Brasil. Brasília e Rio de Janeiro, 18 de julho de 2012. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-07-18/mapa-da-violencia-coloca-brasil-entre-os-quatro-paises-com-maiores-taxas-de-homicidio-de-jovens>>. Acesso em 18 de novembro de 2012.

EDITORIAL - Duas frentes de genocídio, um mesmo combate. A Nova Democracia, n.º 38, [s.l.] Dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-38/96-editorial-duas-frentes-de-genocidio-um-mesmo-combate>>. Acesso em 16 de novembro de 2012.

FRANCISCO NETO, José. “Manifestação questiona remoções causadas

pela Copa do Mundo”. Brasil de Fato. São Paulo, 29 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/11251>>. Acesso em 17 de novembro de 2012.

FREIRE, Aluizio. “Cabral defende aborto contra violência no Rio de Janeiro”. Portal de notícias - G1. Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL155710-5601,00-CABRAL+D+EFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html>>. Acesso em 06 de dezembro de 2012.

GALEANO, Eduardo. Futebol ao sol e à sombra. 1. ed. atual. Porto Alegre: LP&M, 2010.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto. “Concessão do Maracanã devoloverá ao estado menos de 30% do que foi investido na reforma”. O Globo. Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/concessao-do-maracana-devolvera-ao-estado-menos-de-30-do-que-foi-investido-na-reforma-6474925#ixzz2FIatwvTA>>. Acesso em 06 de dezembro de 2012.

MASCARENHAS, Gilmar. “Globalização e espetáculo: o Brasil dos megaeventos esportivos”. In: DEL PRIORE, Mary; DE MELO, Victor Andrade (Org.). História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais. Capítulo 17, p. 505-533. Editora UNESP, 2009.

PENNA, Adriana Machado. Esporte contemporâneo: um novo templo do capital monopolista. 2011. 172f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

SALLES, Marcelo. A chacina do Complexo do Alemão. A Nova Democracia. Rio de Janeiro, n.º 36, agosto de 2007. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-36/256-a-chacina-do-complexo-do-alemao>>. Acesso em 27 de novembro de 2012.

SANTIAGO, Emerson. Política do Pão e Circo. 09 de abril de 2012. Disponível em < <http://www.infoescola.com/historia/politica-do-pao-e-circo/>>. Acesso em 11 de dezembro de 2012.

SANTOS, Emerson Cláudio Nascimento dos. Muito além da UPP: a limpeza étnica em torno dos enclaves fortificados dos ricos. In: União Campo, Cidade e Floresta. Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://uniaocampocidadeefloresta.wordpress.com/2011/01/27/muito-alem-da-upp>>

a-limpeza-etnica-em-torno-dos-enclaves-fortificados-dos-ricos/>. Acesso em 14 de novembro de 2012.

THUSWOHL, Maurício. “Cesar Maia consegue evitar CPI do Pan mais uma vez”. Carta Maior. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14729>. Acesso em 11 de dezembro de 2012.

THUSWOHL, Maurício. “Olimpíadas de 2016 ensaiam o salto orçamentário do Pan”. Carta Maior. Rio de Janeiro, 26 de março de 2010. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16486>. Acesso em 11 de dezembro de 2012.

* Tatiana Borin é professora de Educação Física do município de Porto Alegre - RS. <tatyborin87@gmail.com>

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Carlos Antônio Levi da Conceição
PRÓ-REITORA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Débora Foguel

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DIRETORA**

Mavi Pacheco Rodrigues

VICE-DIRETOR

Marcelo Braz

**DIRETORA ADJUNTA
DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Rosana Morgado

EDITORES

José María Gómez (ESS - UFRJ)

José Paulo Netto (ESS - UFRJ)

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
(ESS - UFRJ)

Myriam Lins de Barros (ESS - UFRJ)

COMISSÃO EDITORIAL

Gabriela Maria Lema Icasuriaga
(ESS-UFRJ)

Rosemere Santos Maia (ESS-UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT, Coimbra-Portugal), Ana Elizabeth Mota (UFPE-PE), Antonia Jesuíta de Lima (UFPI-PI), Berenice Couto (PUC-RS), Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-Portugal), Cibele Rizeck (USP-SP), Cleusa dos Santos (UFRJ-RJ), Consuelo Quiroga (PUC-MG), Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UNB-DF), Edésio Fernandes (University College London - Inglaterra), Elizete Menegat (UFJF-MG), Helena Hirata (GEDISST-GNRS-França), Ivete Simionatto (UFSC-SC), José Fernando Siqueira da Silva (UNESP-SP), Júlio de Assis Simões (USP-SP), Leilah Landim (UFRJ-RJ), Liliane Capilé Charbel Novaes (UFMT-MT), Marcelo Badaró (UFF-RJ), Margarita Rosas (Universidad de La Plata-Argentina), Maria Carmelita Yasbeck (PUC-SP), Maria da Ozanira Silva e Silva (UFMA-MA), Maria das Dores Campos

Machado (UFRJ-RJ), Maria Liduína de Oliveira e Silva (UNIFESP-SP), Maria Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP), Maria Lúcia Martinelli (PUC-SP), Maria Lúcia Weneck Vianna (UFRJ-RJ), Michael Lowy (EHSS-França), Monica Dimartino (Universidad de La Republica de Uruguay-Uruguai), Neli Aparecida de Mello (USP-SP), Potyara Amazoneida Pereira (UnB-DF), Ricardo Antunes (UNICAMP-SP), Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ), Salviana Pastor Santos Sousa (UFMA-MA), Sérgio Adorno (USP-SP), Sueli Bulhões da Silva (PUC-RJ), Sulamit Ramon (London School of Economics-Inglaterra), Valéria Forti (UERJ-RJ), Vera da Silva Telles (USP-SP), Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA), Vicente de Paula Faleiros (UnB-DF).

ASSESSORIA TÉCNICA

Fábio Marinho

Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

Maria de Fátima Migliari

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

**DESIGN EDITORIAL
E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

WEB DESIGN

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
ess.ufrj.br/praiavermelha

Foto de Capa: Fábio Rodrigues Pozzebom/
Agência Brasil